

MAIS JUSTIÇA, MAIS DIREITOS E MELHOR VIDA para portugueses e portuguesas na Europa



Caras portuguesas e portugueses na Europa,
Vamos ter novas eleições legislativas.

Os portugueses, especialmente os jovens, continuam a deixar o seu país procurando uma vida melhor no estrangeiro, dentro e fora do espaço europeu, desiludidos com as crises económicas, o desastre da falta de habitação, os baixos salários e as más condições de vida que continuam a assolar Portugal.

Apesar de não habitarem em território nacional continuam, no entanto, a contribuir para a economia portuguesa, enviando anualmente milhares de euros para o país que ainda consideram como seu mas que largamente os continua a ignorar, vendo-os como aqueles que estão “lá fora”, aos quais de vez em quando fazem “favores” que na verdade são direitos consagrados na constituição portuguesa.

Consulados a centenas de quilómetros das suas residências, o que dificulta o registo das crianças nascidas no estrangeiro e a obtenção de documentos, problemas a que se juntam as dificuldades de contactar os serviços consulares para quem não tenha computador e internet, condições que quase anulam a possibilidade de voto quando o mesmo é presencial, como irá suceder em 2026 com as eleições presidenciais.

Ao péssimo funcionamento dos consulados juntam-se as deficientes condições de quem lá trabalha, com remunerações e condições de trabalho de tal modo deterioradas que por vezes trabalhadores dos postos consulares se vêem obrigados a recorrer aos apoios sociais estatais dos países em que habitam.



Teresa Soares

1ª Candidata pelo Círculo da Europa
Alemanha



Bruno Fialho

2º Candidato pelo Círculo da Europa
França



Luís Lopes

1º Suplente pelo Círculo da Europa
Inglaterra



Sandra Guerreiro

2ª Suplente pelo Círculo da Europa
Inglaterra

No caso de se deslocarem a Portugal os emigrantes são deparados com perda de direitos, nomeadamente no que diz respeito aos cuidados de saúde, pois nenhum cidadão português com residência no estrangeiro pode ter registo ativo no RNU (Registo Nacional de Utente), perdendo assim o acesso aos cuidados de saúde primários.

Há poucas semanas 89 cidadãos portugueses foram obrigados a deixar o Luxemburgo por se encontrarem

desempregados, estando a recorrer aos serviços da assistência social, facto que o estado luxemburguês instrumentalizou para os obrigar a sair.

Mas lamentavelmente este problema, assim como muitos outros, parece não preocupar nem os governantes nem quem foi eleito para representar os portugueses, uma clara falta de apoio que também se sente no ensino da língua e cultura portuguesas. Durante 12 anos foi obrigatório o pagamento de propina apenas aos alunos portugueses e lusodescendentes para ter uma aula de Português por semana, na vertente obrigatória de português língua estrangeira, o que gradualmente se repercutiu na diminuição da ligação afetiva e cultural ao país de origem.

Os professores de Português no estrangeiro, apenas 312 a nível mundial, são, tal como os funcionários consulares, obrigados a sobreviver com salários baixíssimos, que datam de 2009 sem nunca terem sido alvo de aumento, o que no caso da Espanha e Luxemburgo, por exemplo, equivalem ao vencimento mínimo do país.

A equivalência de habilitações profissionais adquiridas tanto em Portugal como no estrangeiro é também um problema que necessita de ser resolvido, pois apenas se encontra prevista para cursos universitários, deixando de fora outras qualificações académicas e profissionais. Esta questão acaba por impedir o acesso a profissões com melhores remunerações e faz com que a maioria

dos que emigram acabem por não poder trabalhar nas áreas em que se formaram.

Tememos que os problemas com o voto dos portugueses no estrangeiro se vão manter. O congelamento dos cadernos eleitorais no passado dia 19 de março impedirá a actualização das moradas e o envio dos boletins de voto, com o risco de milhares de eleitores não receberem os boletins e mais uma vez se verem privados do direito de participar na vida política portuguesa. Devem ser tomadas no futuro medidas concretas contra a anulação de uma enorme percentagem de votos o que impede os portugueses residentes no estrangeiro de expressar a sua vontade.

Para os nossos governantes os portugueses no estrangeiro continuam a não ser iguais aos que vivem em território nacional.

Para atingir esse objetivo, o Bloco de Esquerda compromete-se mais uma vez nestas eleições a defender os direitos dos portugueses e portuguesas na Europa, através:

(→) do aumento da rede consular e reforço dos serviços consulares, garantindo também uma melhoria das condições contratuais dos seus funcionários

(→) de melhoria dos serviços sociais

(→) da garantia de manuais de língua e cultura portuguesas gratuitos e de um ensino de qualidade, bem como a melhoria da situação laboral e salarial dos professores do ensino português no estrangeiro

(→) da garantia de manuais de língua e cultura portuguesas gratuitos e de um ensino de qualidade, bem como a melhoria da situação laboral e salarial dos professores do ensino português no estrangeiro

(→) da criação de programas e dispositivos de apoio a projetos culturais e sociais, reforçando o apoio estatal às associações portuguesas

(→) da revogação das alterações ao RNU garantindo acesso aos cuidados de saúde primários e aos médicos e enfermeiros de família em Portugal

Mais uma vez assumimos com transparência e honestidade uma luta que não poderá ter êxito sem a necessária representatividade na Assembleia da República.

Não queremos governos para os quais os portugueses no estrangeiro apenas existem no 10 de Junho. Queremos governos que vejam os portugueses no estrangeiro como cidadãos de pleno direito.

O Bloco já conseguiu para a emigração o voto gratuito por correspondência e o recenseamento automático, dois grandes e importantes passos em frente. Com a vossa ajuda poderemos conseguir muito mais.



Pelos *direitos* de português na *Europa*, vota *Bloco de Esquerda!*